



## Moção

### DEFENDER A PAZ, DIZER NÃO À GUERRA!

“Não escolhemos o tempo em que vivemos, só escolhemos como reagimos contra a barbárie”, e é de barbárie o tempo presente. É um tempo em que, nós cidadãos de corpo inteiro, não podemos deixar de intervir.

É um tempo em que para além das espingardas e das bombas, veio a revelar-se uma arma estratégica, uma arma que funciona como um míssil de controlo remoto dirigido ao cérebro das pessoas e que explode assim que entra nelas. É uma arma de “gestão” cuidadosa, a desinformação. Os seus efeitos são tão prejudiciais quanto os das chamadas armas letais ou de destruição massiva, pois não mata de uma só vez, fá-lo pouco a pouco, e não mata uma pessoa, mas sim, com o tempo, a sociedade como um todo.

Hoje, precisamente hoje, assinalamos o Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, instituído pelas Nações Unidas, para assinalar o aniversário da Resolução 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 29 de novembro de 1947, que aprovou, devemos dizê-lo, sem consulta aos habitantes locais, o Plano de Partição da Palestina, que dividiu a área do “Mandato Britânico da Palestina” em dois estados: um judeu e outro árabe. Passaram-se 75 anos, setenta e cinco longos anos, tempo que a memória não apagou. E se é certo que cabe ao povo palestino o fundamental da luta pelos seus direitos, não podemos nem devemos deixar de manifestar a nossa solidariedade para com este povo. Deixar de assinalar estes acontecimentos é contribuir para apagar a memória e conduzir para o esquecimento a sua luta pelo direito a ter uma pátria.

Para além da situação grave e desumana que se vive na Palestina, para além da guerra na Ucrânia, onde se vive uma situação de catástrofe, a que urge pôr fim, não esquecemos também a situação dos povos do Iraque, Líbia, Síria, Iémen, Afeganistão, Líbano, Mali, República Centro Africana, do Sahara Ocidental, este povo também tão sofrido, ou do Curdistão, entre outros. Não esquecemos a situação da América Latina. Todos os povos merecem ser respeitados e devem poder decidir o seu futuro. Sublinhamos "todos os povos", mesmo os que estão fora da agenda mediática, os propositadamente esquecidos, mas igualmente vítimas da política da cobiça e rapina das grandes potências, devido aos recursos naturais que possuem.

São os trabalhadores e os povos as principais vítimas das guerras. A destruição das fábricas, das escolas, dos hospitais, das vias de comunicação, das infraestruturas e dos recursos naturais afeta sobretudo a vida dos que vivem do seu trabalho, mas também a vida de todos os que lutam pela sobrevivência diária, e são tantos os que no mundo o fazem diariamente. Para quando o fim de todas as ações militares, da violência e da repressão? – Para quando o retorno seguro e incondicional de todos os deslocados e refugiados?

Como disse Saramago, e lembramos aqui os 100 anos do seu nascimento, numa manifestação realizada em Madrid, em 16 de março de 2003, aquando da guerra no Iraque: *“A terra pertence aos povos que a habitam, não àqueles que — com o pretexto de uma representação democrática descaradamente pervertida — os exploram, manipulam e enganam. (...)” Não somos tão ingênuos para acreditar numa paz eterna e universal, mas se nós, os seres humanos, somos capazes de criar ao longo da história belezas e maravilhas que a todos dignificam e engrandecem, então, é tempo de lançarmos mão da mais maravilhosa e formosa de todas as tarefas: a incessante construção da paz. Contudo, que essa paz seja a paz da dignidade e do respeito humano, não a paz de uma submissão e uma humilhação que por muitas vezes vêm disfarçadas sob a máscara de uma falsa amizade protetora (...) Sem a paz, sem uma autêntica paz, justa e respeitosa, não haverá direitos humanos. E sem direitos humanos — todos eles, um por um — a democracia não será nada mais do que um sarcasmo, uma ofensa à razão, uma zombaria”.*

Somos contra a guerra, contra bloqueios e ingerências. Não há circunstâncias que justifiquem a opção pela guerra. O que melhor defende a civilização da selvajaria da guerra, é o apelo incessante e incondicional à paz. Por isso, os delegados nesta 3.ª Conferência Nacional dos Professores Aposentados, apelam:

- a que se abram canais para o diálogo diplomático, e que os governos consigam, pela via do diálogo, estabelecer acordos que assegurem a paz;
- a que o Governo português atue no quadro da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente com o seu art-º 7.º, no respeito pela Carta das Nações Unidas e pela Ata Final da Conferência de Helsínquia;
- a que o respeito pelos povos, soberanias e Direito Internacional vigorem sobre unilateralismos, recolocando a ONU na sua função moderadora e de garante da paz;
- a que nos mobilizemos no apoio aos povos sujeitos a agressões ilegítimas contra a sua soberania e o seu direito a decidirem sobre os seus próprios destinos.

Lisboa, 29 de novembro de 2022